

GLOBALIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BLOCO DOS PAÍSES DO BRICS

GLOBALIZATION AND HUMAN TRENDS PACK OF DEVELOPING COUNTRIES BRICS.

Claudio Noel de Toni Junior¹

Resumo: Esta pesquisa possui como tendência a discussão metodológica sobre os pilares das bases filosófica do BRICS composto por: Brasil, Rússia, Índica, China e África do Sul, no que tange variáveis como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que é um órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU). Será abordada a análise histórica desde a composição do Bloco, sua funcionalidade, dinâmica e os recuos e os avanços que o Bloco possui em relação aos demais países dentro de cada continente. Analisar-se-á as cúpulas e os tratados que foram e que estão sendo providos para que haja melhoria na qualidade de vida das pessoas. Serão utilizadas variáveis não somente de natureza socioeconômica, mas também aquelas voltadas ao meio ambiente, já que qualidade de vida está ligada ao modo de vida que a sociedade mantém com a natureza, desta forma, serão abordados indicadores socioambientais, além de sugestões para que as mesmas sejam incluídas no Desenvolvimento Humano, que pode ser visto como um termo além do social e do econômico, traduzindo-se pelo termo Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade.

Palavras Chave: Desenvolvimento. BRICS. Análise Comparada do Desenvolvimento Humano.

Abstract: This research has as tendency to methodological discussion about the philosophical bases of pillars composed of the BRICS: Brazil, Russia, India, China and South Africa, regarding variables such as the Human Development Index (HDI) which is published by the Program United Nations Development Programmed (UNDP) which is an organ linked to the United Nations (UN). Historical analysis will be addressed since the composition of the block, its functionality, and dynamic retreats and advances that Block has in relation to other countries within each continent. Summits and treaties that were will be analyzed and which are being provided so that there is improvement in quality of life. Variables not only socioeconomic nature will be used, but also those related to the environment, since quality of life is linked to the way of life that society has with nature in this way, social and environmental indicators will be addressed, and suggestions for same are included in Human Development, which can be seen as a term beyond the social and economic, translating the term Sustainable Development and Sustainability.

Keywords: BRICS. Comparative Analysis of Human Development.

¹ Doutor em Geografia pela Unesp, Rio Claro. E-mail: junior_toni@terra.com.br

Materiais e métodos

Para que haja a pesquisa serão utilizados dados estatísticos do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), através dos índices divulgados pela ONU como também análises comparadas de Instituições nacionais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Serão utilizadas referências de autores que estudam a sustentabilidade socioambiental através de textos científicos e de literatura nacional e internacional que abordam a temática. Serão inseridos assuntos que demandam além do desenvolvimento, às desigualdades e questões como o Meio Ambiente e as tendências do conceito de sustentabilidade, aplicadas ao Bloco de países em análise.

Para a pesquisa será utilizado dentre outros autores, principalmente a Dissertação de Mestrado do autor sobre o Desenvolvimento Socioeconômico e da Tese de Doutorado sobre Indicadores Socioambientais.

Resultados

As Bases Filosóficas do Desenvolvimento Sustentável.

Em continuidade a tese de doutorado de Toni Junior (2013) e da Dissertação de Mestrado (2010) do autor deste artigo infere-se que a análise da pesquisa é comparar as três variáveis que compõem o IDH (renda per capita, saúde e educação), ao mostrar dados qualitativos e quantitativos em uma perspectiva de evolução ao longo dos anos no que tange aos países do BRICS em termos de IDH como também de índices socioambientais ao incluir o meio ambiente como parte integrante do desenvolvimento humano, bem como os relativos aos respectivos indicadores e sua evolução para que se possa compreender os estágios de desenvolvimento em que determinado país se insere no cenário dos países do BRICS a nível global.

Para tanto, antes de ser analisado o aspecto do IDH de cada país do BRICS em termos de variáveis socioambientais se faz necessário, analisar quais os fundamentos que cada país adotou para atingir ou para alcançar a posição em que se encontra na atualidade, sendo que, pelos dados que serão observados, a maioria dos países tem evoluído ao longo dos anos no Índice em termos das nações do BRICS ao comparar com outros países de estrutura sociopolítica, econômica ou ambiental semelhantes, o que se pode considerar reflexo de uma melhora global.

Serão comparados os dados entre países, em especial, a posição do Brasil em relação aos demais países. A estrutura das nações mostra-se dispersa mesmo que ambos os países estejam em grau de desenvolvimento à liderança brasileira mostra-se que é um país que em termos econômicos é uma das maiores economias do mundo, todavia ao analisar as variáveis socioambientais o país está abaixo no que tange sua posição no PIB, por exemplo.

A análise não se esgota no IDH, pois serão versados temas de natureza ambiental, já que uma nação terá desenvolvimento quando a sociedade nela inserida usufrui além da riqueza, de aspectos sociais como saúde, educação d, qualidade de vida e preservação ambiental, bem como se a nação está feliz com as políticas adotadas pelos governos, através da Área da Geografia da Felicidade,

introduzida por vários pesquisadores, por exemplo, Jeffrey Diamond da Universidade de Yale nos Estados Unidos (TONI JUNIOR, 2013).

Para alcançar nosso objetivo, serão utilizados como fonte de estudo, estatísticas do PNUD, artigos, teses, dissertações e fontes metodológicas que irá fundamentar a análise socioambiental sobre esta abordagem, bem como a opinião de cientistas sociais que estudam a área do Desenvolvimento Humano para avaliar se o IDH é um Índice eficiente ou se necessita de melhorias, como a inclusão de novas variáveis especialmente as de natureza ambiental. (TONI JUNIOR, 2010).

A área da Geografia da Felicidade é importante para se versar se um país mesmo ao possuir condições econômicas e sociais positivas promove a felicidade entre seu povo. Pode-se inferir que medir o nível de felicidade de uma nação é importante para se destacar o que precisa ser melhorado, quais itens necessitam de medidas de melhoramento para que uma nação mesmo ao possuir bem-estar socioambiental positivo possua IFI positivo.

Um dos exemplos que podem ser citados é o pesquisador Weiner que partindo de um estudo em Roterdã mensurou a felicidade em diversos países do mundo tendo a cidade holandesa como ponto de partida (TONI JUNIOR, 2013).

Notou casos peculiares ao elaborar um ranking dos países mais felizes do mundo, mediante questionário com perguntas simples, tais como: “Você é feliz?, Você esteve feliz ontem; e hoje?, O que lhe traz a felicidade? Onde nem sempre as nações com as maiores economias do mundo são os países com maior nível de felicidade, cita-se o exemplo da Islândia, que mesmo com invernos severos e não estando no roll das maiores economias do mundo está entre os países mais felizes do mundo. O Butão também é citado pelo autor (Toni Junior, 2013) que mesmo tendo alcançado nos últimos anos IDH que não está entre os maiores possui nível de felicidade satisfatório ao solicitar junto a ONU que a Contabilidade Nacional do país fosse substituída ao utilizar o Índice de Felicidade Bruto ao invés do PIB.

Mostra na obra, as diversas maneiras de se observar a felicidade, em relação aos países do BRICS ao haver uma dispersão com a liderança do Brasil em relação aos demais, todavia os outros membros do Bloco estão em uma posição intermediária, o que demonstra que políticas públicas devem ser inseridas para que se alcance o desenvolvimento sustentável (TONI JUNIOR, 2013).

O autor descobriu itens como falta de saneamento básico, desemprego, energia, desemprego, renda, educação dentre outras variáveis, afetam o lado psíquico do ser humano, e questiona se um povo é feliz por possuir apenas renda alta, ou seja, se o dinheiro está relacionado ou não à felicidade ou se o conjunto de variáveis não somente econômicas, mas também sociais, como escolarização e saúde alteram a felicidade de uma nação.

A pesquisa realçou que não há uma resposta pronta e acabada para a temática para dizer se uma pessoa é feliz ou se faltam condições adequadas de renda e de variáveis socioambientais adequadas para que se alcance a felicidade.

A felicidade é pertinente a cada pessoa de acordo com sua singularidade a cada indivíduo ou como o autor mostra em sua obra onde pode ser estimulada por políticas públicas adequadas como é o caso do Butão onde a monarquia prioriza a Felicidade Nacional Bruta. Na pesquisa, ele encontrou países desenvolvidos e pouco desenvolvidos, como é o caso da Islândia e do Butão e o Índice foi alto em ambos.

Vale ressaltar que, em termos do IDH, os países mencionados estão em posições opostas no ranking. Enquanto a Islândia está nas primeiras posições e há anos de acordo com os RDHs, o Butão está em situação oposta.

Vários são os autores das Ciências humanas que estudam a Geografia da Felicidade na obtenção do IFI, onde governos encomendam estudos técnicos e científicos para saber o que necessita ser melhorado, quais políticas públicas que podem ser adotadas para melhorar o nível de satisfação geral com a vida de uma sociedade como forma para direcionar suas políticas públicas e corrigir segmentos que necessitam de melhorias para uma parcela considerável de uma determinada sociedade. (TONI JUNIOR, 2013).

Pode-se citar um exemplo, com o advento das redes sociais, pode-se incluir como uma das variáveis que poderia compor o IDH, a quantidade de brasileiros e de estrangeiros que possui internet, todavia, há uma tendência de qual proxy, enfim, quais índices poderiam ser utilizados para mensurar e ter um índice “puro” da variável de pessoas com acesso ou falta de acesso de internet.

Isso fez com que pesquisadores promovam debates e participam de Cúpulas como a Rio + 20 como também do conhecimento técnico para a evolução de propostas concisas para que o Índice possa ser melhorado, onde o bem-estar se propague com maior precisão e que se houver a inclusão de novas variáveis que o IDH se torne um Índice propenso a melhoria de políticas públicas sustentáveis e que a criação de outros índices que não seja o IDH também acompanhe a difusão de indicadores que tenha embasamento científico e técnico e que a Ciência possa ser usada em benefício da melhoria das condições de saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, transporte, combate a violência, preservação do meio ambiente, entre outros.

Em relação às variáveis do IDH, a renda busca aferir a riqueza de uma região, dividida pelo total de habitantes da mesma. Já a saúde, apresenta como indicador, a longevidade dos habitantes de uma dada população, enquanto, a educação subdivide-se em dois indicadores: a taxa bruta de matrícula e o nível de estudo da população, acima de 15 anos. Busca, também, apontar dados relativos aos indicadores, bem como sua evolução ao longo dos anos para que se possa compreender o estágio de desenvolvimento em que determinado país se insere no cenário global.

A metodologia dos indicadores foi adotada para realizar comparações em diferentes níveis em escala local para que se possa oferecer subsídios aos governos no sentido de melhoria nas condições de vida das populações no aspecto socioambiental.

Estes fatores estão ligados a Sustentabilidade que além do IDH, iremos alavancar nossa análise de estudo com a problemática de índices ligados ao meio ambiente, comparando-os com os índices socioeconômicos do IDH.

Conforme as diretrizes de autores como, Toni Junior (2013), o IDH é um Índice relevante na disseminação e da mensuração do que se entende por Desenvolvimento Social e Econômico, já que as vertentes deste Índice para os países globais, em especial para os do BRICS tiveram diversas fórmulas desde sua criação em 1990 onde até o ano de 2010 os países eram mensurados por três variáveis: a saúde pela proxy longevidade, a renda pelo Produto Interno Bruto (PIB) e a educação que era subdividida em dois indicadores: a taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino com peso de 1/3 e na taxa de alfabetização de adultos, como peso de 2/3.

Destarte a partir do ano de 2010 houve uma nova metodologia de cálculo onde apenas a proxy saúde manteve-se inalterada. A renda foi alterada pelo rendimento nacional bruto per capita, por captar os subsídios advindos do exterior e do avanço do progresso técnico e a educação foi substituída pelos anos esperados

de escolaridade e pela média de anos de estudos, para que se possa captar com maior precisão o real estágio de educação e cultura que uma pessoa possui.

Estas mudanças foram realizadas no contexto educacional, por exemplo, pois muitos dados eram viesados através de analfabetos e pseudo analfabetos que mesmo aprovados nas respectivas séries escolares careciam de conhecimento básico, com essa nova métrica procurou-se mostrar uma tendência que condiz com pressupostos reais de ambas as variáveis socioeconômicas.

Ressalta-se que o IDH é um modelo. Ele não tem a intensão de ser um Índice pronto e acabado, inquestionável que não contenha críticas ou erros, o mesmo é considerado por Toni Junior (2010) como eficaz e que pode ser melhorado mediante a inclusão de novas variáveis, mesmo que se tenham dificuldades de galgar dados e fontes para incluir no que já existe.

Para isso, inicialmente será apresentada em nosso trabalho as bases metodológicas de aspectos geográficos, como espaço, tempo e territorialidade, para que posteriormente se apresente os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e a história de como as sociedades começaram a medir sua riqueza, a trajetória dos indicadores econômicos de uma nação e das medidas de desenvolvimento que foram sendo usadas ao longo dos anos até chegarmos aos dias atuais.

O conceito de Desenvolvimento Humano¹ realça funções que disseminam planos, conselhos e supervisão no cumprimento de diretrizes através de agentes que possam colocar experiências teóricas na prática para haja desenvolvimento entre as nações, destarte as nações que compõe do Bloco do BRICS.

Dentro deste contexto, será verificada uma abordagem espacial dos países dentro do conjunto social e econômico das nações, por exemplo, se houve evolução ou retrocesso do IDH e de suas variáveis ao longo dos anos através de uma análise comparada.

Além do socioeconômico, serão apresentados resultados que vai além ao abordar uma amálgama de diretrizes socioambientais dentre elas: poluição, desmatamento e o Índice de Felicidade para que uma nação possa galgar os avanços do Desenvolvimento Sustentável, já que será realçado de que o econômico não foi suficiente para se analisar o grau de Desenvolvimento de uma nação, com a criação do IDH, verificou que houve uma melhora para se dizer se um país é desenvolvido, todavia, o próprio autor foi além ao demonstrar que o Desenvolvimento Sustentável é mais abrangente que o socioeconômico e a inserção de variáveis ambientais e da felicidade faz com que se tenha uma percepção maior de uma realidade dentro do contexto espacial, em destarte dos países do BRICS.

O Brasil é considerado como sendo um país que possui forte desenvolvimento em termos do IDH como também do Índice do Progresso Social (IPS) divulgado no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU em julho de 2014.

Ao mensurar dados estatísticos de um país, o IPS (2014) ao analisar um ranking de 132 nações por seu desempenho social e ambiental, menciona um conjunto de fatores socioambientais que pode ser majorado pelas nações do BRICS, por exemplo, se um país como o Brasil que possui uma das maiores economias do mundo sendo a maior deste Bloco, possui altos níveis de poluição atmosfera o IPS será prejudicado.

Brasil está na 46º posição do ranking do Índice, sendo que o país obteve sua melhor inserção no ícone "Oportunidade" ao ficar na 36º posição bem como, em 38º

na categoria “Fundamentos de Bem-Estar”, todavia em “Necessidades Humanas Básicas” figurou na 74ª posição sendo que neste conjunto ficou abaixo no ranking em diversos itens, dentre eles, “Insegurança Pessoal”, na 122ª posição, “Terror Político” em 107 e “Taxa de Homicídio” em 109, outros itens que podem ser citados que o país não obteve êxito foram: “Intensidade de Crime Violentos” e “Mortes no Trânsito”, conforme a tabela a seguir.

Tabela – Colocações do Índice de Progresso Social (IPS) para Países Selecionados.

1º	Nova Zelândia
2º	Suíça
3º	Islândia
4º	Holanda
5º	Noruega
6º	Suécia
7º	Canadá
8º	Finlândia
9º	Dinamarca
10º	Austrália
46º	Brasil
50º	Equador
52º	Colômbia
55º	Peru
67º	Venezuela
69º	África do Sul
81º	Bolívia
102	Índia
127	Angola
128	Sudão
129	Guiné
130	Burundi
131	Rep. Centro Africana
132	Chade

Fonte: Social Progress Index (2014)

Pelos dados da tabela, foram versados os países que estão nas primeiras posições do ranking, nas últimas posições e os países Sul-Americanos além do Brasil e os países do BRICS.

Percebe-se que as nações que figuram nas primeiras posições possuem os maiores IDHs divulgado nos últimos RDHs, sendo que, o Brasil quando comparado ao bloco dos BRICS está na primeira posição, seguido da África do Sul.

Dos 132 países analisados nota-se que os países africanos estão nas últimas posições, como também estão no ranking do IDH.

As categorias que compõe o IPS além das mencionadas são: mortes relacionadas às condições do ar interno; liberdade de culto; liberdade de movimento; liberdade de associação, como também lidera o ranking de acesso de telefonia de celular, como também da educação a nível secundário.

Em outros quesitos, o Brasil lidera os 30 primeiros lugares no uso de anticoncepcionais, liberdades individuais e ao número de universidades que são reconhecidas em excelência mundial.

Desta maneira no ranking geral pode-se dizer que o país está à frente dos demais integrantes do BRICS, sendo respectivamente: Rússia, Índia, China e África do Sul nas posições: 80º; 102; 90 e 69. os demais membros deste bloco apresentaram um desempenho considerado baixo em especial os países emergentes como China e Índia, onde o crescimento econômico não foi acompanhado de políticas públicas insersivas no que tange a majoração do bem-estar social e da qualidade ambiental.



Fonte: http://www.bricscable.com/wp-content/uploads/2013/03/netw_geo.jpg

A técnica é um meio de interação do homem com o meio natural. Analisa e fundamenta uma questão metodológica ao disseminar formas de se analisar o que é desenvolvimento humano e sustentabilidade socioambiental. (Ianni et al; 1995 apud Toni Junior, 2013).

A técnica do espaço embasou autores na formulação de doutrinas sobre globalização, espaço e territorialidade, por exemplo, na Política ao modificar estruturas sociais e territoriais dentro do contexto do espaço e do tempo, mediante a busca das sociedades contemporâneas de se organizar dentro de uma perspectiva na conquista e nos anseios de novos mercados, da competitividade econômica, no intercâmbio mercadológico como também nas questões ambientais (Santos; 2012 apud Toni Junior; 2013).

Desde que foi divulgado, o IDH manteve um padrão metodológico onde quanto mais próximo da unidade (1,000 mais desenvolvidos é o país).

Até 2008 havia três grupos de nações: IDH alto com Índice que varia de 1,00 a 0,800; médio Desenvolvimento Humano quando a nação estava na escala entre 0,799 a 0,500 e de baixo IDH quando possuía IDH menor que 0,500. A partir de 2009, houve alterações onde se adotou a sigla IDH muito alto para países que apresentam Índice entre (1,000 a 0,8000); alto IDH (0,799 a 0,700); médio IDH (0,699 a 0,500); baixo IDH menor que 0,500.

Estas inclusões foram fundamentais para que houvesse por parte das instituições como os governos nacionais, um Índice mais preciso, se fez necessário acompanhar a evolução dos países, já que quanto maior o Índice maior será o bem-estar de uma nação.

Mesmo um pequeno avanço em uma das variáveis, isto eleva o país a um grau de “status” em nível internacional, principalmente nos países em desenvolvimento como os países emergentes do BRICS, como também realça os pontos onde precisam ser adotadas políticas de melhorias e mudanças socioambientais.

Apenas o lado socioeconômico (Toni Junior 2013) não analisa com clareza as reais condições de desenvolvimento de um país, a criação de um Índice dinâmico faz com que o desenvolvimento seja um conjunto de fatores que envolva o bem-estar social, dentre eles destaca a preservação do meio ambiente: redução de desmatamentos, poluição de águas, tratamento e acesso a saneamento básico, áreas verdes, áreas protegidas, pegada ecológica do consumo.

Desta forma, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Sustentável (IDHS), (Toni Junior, 2013), onde além do econômico, social e de itens ambientais e, principalmente do que traz felicidade as pessoas foram mensuradas.

O ramo da Geografia da Felicidade é altamente promissor e pesquisas estão sendo realizadas para que se possam captar as nuances que efetivamente traz a felicidade para as pessoas.

Destaque para o Butão, citado anteriormente, sua monarquia adotou o (IF) ao invés do Rendimento Nacional Bruto para mensurar as contas nacionais e conseqüentemente o desenvolvimento da nação, segundo a monarquia daquele país a felicidade esta intrínseca as políticas públicas adotadas. Uma pessoa feliz terá mesmo com a subjetividade que envolve várias áreas da Psiquiatria e Psicologia, situações de saúde favoráveis, a felicidade trará motivação para que as pessoas estudem e conseqüentemente tenham vigor para serem mais produtivas, de vislumbrar um futuro melhor.

Vários pesquisadores, como os citados: Eric Weiner mensurou diversas nações e nem sempre os países que detém os maiores PIBs do mundo estão nas primeiras colocações, da mesma forma não são os mais infelizes, existe uma dispersão que vai além do socioeconômico mediante compreensão da felicidade humana, desta maneira o IF não segue “strictu sensu” paridade com o PIB ou qualquer mensuração de riqueza das contas nacionais de uma nação ou com dados estatísticos a nível social como saúde e educação.

Em outras palavras, uma sociedade sustentável, trará os benefícios do progresso técnico e científico, as pessoas terão maior grau de escolarização, com isso, tendencialmente terão empregos com renda que lhes garantam a sustentabilidade econômica, que por consequência, terão acesso a bens sociais majorados, como, por exemplo, uma moradia digna, plano de saúde, ou seja, acesso a condições de saúde satisfatória em relação às nações do BRICS e sua emergência econômica.

Um aumento da renda proporcionará a maximização do bem-estar econômico e o acesso a indicadores sociais aceitável do bloco, com a integração social e coletiva no contexto cultural e da informação.

A informação que se obtém da família, ou seja, motivadas por uma maior escolarização e também da mídia com o acesso a informações que geram bem-estar como a internet, proporcionará a qualificação dos adolescentes e dos jovens das nações do Bloco, que atravessam ao longo das décadas, em especial a partir da

década de 1990, evolução nas políticas públicas e nas variáveis sócias e econômicas através da cultura, do esporte e de uma educação motivadora e transformadora, que maximizará sua qualidade ao longo do tempo.

Além destes indicadores, a sustentabilidade ambiental, é parte integrante neste contexto, como a diminuição da poluição atmosférica, redução do CO, CO₂ preservação de áreas que estão sendo desmatadas, evitando este processo e redirecionando para uma escala de reflorestamento ambiental, por exemplo, as fontes de energia, como a solar e a eólica como também as renováveis como o carvão mineral, petróleo e energia hidráulica, fatores que preservados trarão um futuro melhor para as gerações futuras e uma qualidade de vida otimizada para a geração atual. Variáveis que integram o processo socioambiental da sustentabilidade de população brasileira.

O Atlas com seus dados propõem uma análise diversificada das dimensões, mediante os rankings existentes. (PNUD, 2010).

Outro indicador correlacionado, a variável saúde é a esperança de vida ao nascer, também denotando com relação à mortalidade infantil anteriormente analisada. Quanto melhor for às condições de saúde pública e de acesso à infraestrutura social, a esperança de que uma criança sobreviva após o seu nascimento e viva com qualidade de vida serão maiores.

Percebe-se que os países do BRICS, quando se analisa a esperança de vida foi maior entre brancos, havendo melhorias no decorrer dos anos.

Políticas de combate de mortalidade infantil podem ser motivadas através das políticas públicas dos Estados, pelo meio do aperfeiçoamento de atendimento das variáveis sociais que poderão ser subdividas em setores cada vez mais específicos para que atenda uma determinada demanda em cada setor.

Exemplos destas políticas de diminuição e para pensarmos na erradicação da mortalidade infantil nos países, seria, por exemplo, um aperfeiçoamento na qual as obras sociais repassariam o que recebem dos organismos públicos dos Estados, bem como a complementação alimentar que é distribuída às famílias de baixa renda assistidas, ofertando alimentos com grande quantidade de nutrientes que evitam a desnutrição infantil e pré-natal.

O aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento das parturientes desde os primeiros meses de gravidez, com acompanhamento mensal, realizando o pré-natal com recursos otimizados para que no nascimento a criança nasça saudável.

Médicos especializados para que realizem partos e que após o nascimento a criança tenha assistência técnica e multidisciplinar como a oferta de vacinas, exames como o exame do “pezinho” detectando se a criança terá alguma deficiência motora e mental. Outra política é do aleitamento materno que deve ser estimulada para que a criança tenha uma saúde melhor. Isto evitará a mortalidade infantil e seu acompanhamento, principalmente até aos cinco anos de idade é fundamental.

Para isso, precisamos majorar as políticas governamentais e implementar em todos os países do bloco do BRICS.

Muito do que descrevemos já existem, porém, tende-se a ideia de que as áreas devem ser cada vez mais subdividas para que o atendimento seja direcionado ao público específico de cada gama social em nível das nações.

As Metas do Milênio na Utilização do Atlas como Ferramenta de Sustentabilidade Socioambiental.

Durante o ano 2000, a ONU com a presença de 191 chefes de estados ou seus representantes, na Assembleia, reafirmaram a Declaração do Milênio através de um conjunto de objetivos e metas para que haja a erradicação da pobreza acompanhada de um desenvolvimento humano e sustentável dos países, Estados, regiões e municípios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008).

Dentre estes objetivos, podemos destacar: a erradicação da miséria, proporcionar acesso à educação básica, obter a igualdade entre homens e mulheres e das diversas etnias, combater a mortalidade infantil e pré-natal ao otimizar os meios de acesso a saúde materna, combater doenças e epidemias como a AIDS, a Malária, proporcionar a sustentabilidade ambiental como também disseminar ajuda mútua para que diversas regiões, principalmente as regiões vizinhas, alcancem mutualisticamente o desenvolvimento sustentável, ajudando uma as outras nos pontos que mais necessitam através da cooperação.

Das oitos metas listadas denominados objetivos comuns do milênio, foram determinados 18 objetivos com mais de 40 indicadores, que foram delineados nesta Cúpula governamental, com o desígnio de delinear as metas a serem alcançadas por meio das Metas do Desenvolvimento do Milênio (MDMs) em suas esferas global, regional e nacional. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008).

Também foi estabelecido um prazo de 25 anos para que os governos cumpram as metas previstas, período que se estende de 1990 a 2015.

Cada nação deverá possuir mecanismos para monitorar a evolução de cada Índice com relação ao Brasil e os demais países do BRICS. O Atlas é uma contribuição sem precedentes, pois seus dados ajudarão governos, cientistas e a sociedade no processo de evolução da sustentabilidade e do progresso técnico. (PNUD, 2010).

Antes da Assembleia mencionada anteriormente, outros tratados e protocolos ocorreram como o Protocolo de Kyoto em 1997, na qual seu objetivo principal foi à redução gradativa da emissão de gases nocivos e a preservação do Biosistema, para reduzir a adversidade do efeito estufa no planeta.

Cada nação e conseqüentemente cada região ou Estado deveriam cumprir metas, estabelecido no artigo 3.1, na qual 40 nações desenvolvidas e em desenvolvimento deveriam reduzir a emissão de poluentes e controlar o efeito estufa em um media de 5,2 em relação a ano base de 1990, no período de 2008 a 2012, os países mais poluidores obtiveram metas maiores de redução em relação aos que poluem menos. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008).

Em síntese, o protocolo teve como objetivos: reduzir o CO₂ quantitativamente ao nível que era no ano de 1990, trazer amostra o que estão ocorrendo em cada nação, por meio de relatórios específicos por tipo de fonte, bem como retirada dos poluentes mediante os semidouros tanto dos países do BRICS como dos demais (IPAM, 2007).

O Protocolo advém da primeira vez que os governantes se reuniram para debater sobre aspectos climáticos em 1988 em Toronto no Canadá.

Em 1992, 160 governantes comprometeram-se a reduzir a emissão de poluentes com relação às alterações climáticas no Rio Eco 2002, um marco histórico nas relações de preservação e da sustentabilidade ambiental.

Os EUA, apenas assinou o protocolo enquanto 184 nações o ratificaram, havendo as possibilidades dos EUA aderir ao Protocolo ou do país realizar um novo acordo substituindo o que foi definido inicialmente, podendo haver impactos positivos para a econômica brasileira, com o aumento do mercado mundial de crédito de carbono, e como o Brasil é líder deste segmento, afirmou Flávio Gazino, presidente da Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Carbono (ABEMC) sendo que em 2008 apurou US\$118 bilhões. O aumento pela demanda do produto aumenta a implantação do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) em nosso país, uma forma de energia renovável (SANTOS 2012).

Os países do BRICS em especial o Brasil e a China por serem considerados em desenvolvimento e com progresso técnico e industrialização elevados, poluem menos que nações como os Estados Unidos, porém de forma significativa e ascendente e isto deve ser repensando com a adoção de medidas de combate aos vários tipos de poluição.

Ecodebate Cidadania & Meio Ambiente.

Existiu grande expectativa da Conferência da ONU em relação ao desenvolvimento sustentável, a Rio + 20 que aconteceu em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de reafirmar os tratados passados e dos vigentes renovando e trilhando metas e compromissos, além de avaliar o que foi , o que está e o que deverá ser realizado, ou seja, “as lacunas que ainda existem na implantação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável realizados nos últimos 20 anos”.

Outros debates propostos pela Rio + 20 é a ratificação do compromisso com a erradicação da fome e com a preservação ambiental (PNUD, 2010) também dos países do BRICS, percebe-se que se faz a análise do BRICS bloco dentro do contexto global.

Conforme debates do PNUD (2010), as raízes do desenvolvimento sustentável remontam a Conferência de Estocolmo de 1972, onde pela primeira vez se notou a necessidade de implementação de sistemas que preserve o meio ambiente em seus múltiplos aspectos (MOTTA, 1996).

Todavia, o relatório mais aceito pelas instituições públicas e privadas na atualidade é o relatório BRUNDTLAND, de 1987, onde seus conceitos foram discutidos na Rio 92, outra Conferência de grande impacto mundial para o futuro da preservação do planeta. (MOTTA, 1996).

Segundo o (PNUD 2010) se constrói uma base de indicadores de natureza socioambiental, ao se analisar o conjunto do IDH e de aspectos ambientais tais como; a pegada ecológica como ferramentas de mensurar os fatores das dimensões sócio-ecossistêmica em um período de médio prazo, para que haja detalhamento socioambiental, enfim para que as regiões tenham qualidade de vida alicerçadas em preservação e na adoção de políticas públicas sustentáveis, onde o objetivo do conjunto do social, do econômico e dos aspectos de não deterioração do meio ambiente aumente seu desenvolvimento sustentável. (INSTITUTO LAGOE, 2011 e ECODEBATE, 2009)

Em seguida serão apresentados indicadores que sugerem análise feita entre as regiões brasileiras ligadas aos aspectos socioambientais.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 2010), também nos diz que as desigualdades de gênero afetam os aspectos da sustentabilidade e interagem

com a dinâmica ambiental dos países, sendo que a não igualdade dos “poderes do gênero” nas nações estão correlacionados ao acesso a serviços básicos de saúde como água potável, serviço de esgoto, a degradação da terra, bem como a poluição atmosférica e as mortes provocadas por doenças de várias espécies, como AIDS e Malária, citada anteriormente nos países do BRICS, como também outras, como, por exemplo, a Dengue, doenças causadas pela poluição do ar que geram problemas respiratórios, dentre outros, alargando as comparações feitas como rendimento das pessoas em detrimento do gênero, excluindo pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, marginalizadas.

Todavia, o Relatório traz perspectivas de melhorias nos diversos aspectos da Sustentabilidade, para que as desigualdades sejam amenizadas e que as pessoas vivam em um ambiente favorável com acesso ao seu crescimento social, econômico, profissional e que possam contribuir com a sociedade de maneira positiva para que estejam inseridas no processo de reprodução do desenvolvimento econômico de forma a contribuir para sua otimização. Os governos, bem como instituições, sejam elas públicas ou privadas também detém um papel importante e fundamental nestas conquistas.

Os recursos necessários são muitas vezes insuficientes para o desenvolvimento em relação ao que cada nação, principalmente as menos desenvolvidas necessita para promover desenvolvimento e sustentabilidade em seus países; o Relatório ressalta que os recursos financeiros devem ser direcionados para as maiores dificuldades existentes nas nações.

Segundo o Relatório:

“Embora os mecanismo de mercado e o financiamento privado sejam vitais, devem ser suportados e alavancados por investimento público proativo. A eliminação do déficit de financiamento requer ideias inovadoras, coisas que este Relatório proporciona. O Relatório também defende reformas para promover a equidade e a expressão. Temos uma responsabilidade coletiva para com os menos privilegiados entre nós, atualmente e no futuro, em todo o mundo - assegura que o presente não seja inimigo do futuro” (RDH, 2011,p.23).

No capítulo I, do Relatório do Desenvolvimento Humano, questiona-se o porquê da Sustentabilidade e da equidade reafirmando, os conceitos apresentados no ano passado (2010) que é o de manter e promover à equidade a capacitação, bem como a sustentabilidade e a promoção e o alargamento das escolhas das pessoas.

Destacou no capítulo sobre gestão de riscos ambientais, através do consumo desenfreado, bem como da ausência de políticas insersivas que visam minimizar as disparidades socioeconômicas e ambientais no nosso planeta.

Descreve o conceito do que se entende por sustentabilidade, demonstrando várias definições sobre o tema, em que se subdividem grupos de especialistas sobre o entendimento do assunto e a qualificação de sua abordagem.

A maioria das definições diz que os conceitos que se obtém nas pessoas de hoje, não devem ser discrepantes do futuro. Todavia, o Relatório não demonstra com clareza as definições do que entendemos por desenvolvimento.

Não mencionado a dimensão do crescimento econômico, também não tratam com clareza a amplitude das escolhas individuais da liberdade, bem como das capacidades intrínsecas ao desenvolvimento, como também não entendem que

alguns indicadores ligados ao bem-estar não são mensurados e não consideram seu risco, cita o Relatório.

No capítulo II o Relatório analisa os padrões e as tendências dos indicadores do desenvolvimento humano, da equidade e do ambiente, relatando que os problemas ambientais é um entrave para que as nações aprimorem seu desenvolvimento e alerta para consequências novas se algo não for feito para atenuar a questão ambiental, principalmente nos países pobres.

Relaciona-se ao capítulo que o progresso ocorreu ou não à custa da degradação ambiental, através de fatores que retratam a relação o CO₂ e o rendimento, mostrando ser positivo para o segmento econômico, porém adverso para as variáveis de bem-estar.

O capítulo III estabelece um acompanhamento dos efeitos e das relações entre desenvolvimento humano sustentável dizendo que:

“As pessoas pobres e desfavorecidas são as que mais sofrem com a degradação ambiental. Este fato não surpreende ninguém. Quase todas as semanas a comunicação social relatam catástrofes que despedaçam vidas na zona mais pobres do mundo – vidas de pessoas que já enfrentam grandes desvantagens” (RDH, 2011,p.25)

No quarto capítulo são mostradas as sinergias positivas e estratégicas de sucesso para o ambiente, equidade e o desenvolvimento humano, realçando um exemplo a nível internacional que é o Protocolo de Montreal em 1987 que analisa as substâncias que ajuda a sustentabilidade ambiental no planeta, através da proteção da camada de ozônio, benefício à equidade através de transferências tecnológicas para países em desenvolvimento como o BRICS e por fim, analisa os impactos positivos para a saúde.

Segundo o Relatório, o capítulo em questão mostra a diretrizes locais como também em âmbito internacional para direcionar as “privações ambientais” e reforçar a capacidade de “resiliência” mostrando dessa maneira trocas positivas. Um exemplo bastante importante é a discussão que se faz sobre a necessidade de construção de ecossistema saudáveis e dos serviços que auxiliam e fornecem principalmente as camadas menos favorecidas.

Os ecossistemas difundem os pilares da qualidade de vida, da “segurança alimentar, da proteção contra inundações e da regulação natural do clima” (RDH, 2011, p. 8-20).

O capítulo V analisa as questões políticas em relação às disparidades ambientais existentes entre as nações que aumentou com a degradação do meio ambiente, suas perdas e das péssimas condições da qualidade de vida em que vivem principalmente os países africanos, e como vivem os do BRICS, demonstrando que a consciência política que existem nas pessoas para que possam ser utilizadas com objetivo de contribuição para que as organizações tenham consciência efetiva com o intuito de minimizar, modificar e erradicar problemas de natureza que atingem a qualidade de vida dos cidadãos.

Os indicadores fornecidos revelam a variável de analfabetismo sem mencionar os pseudo-analfabetos, ou seja, se essa variável fosse inserida nesse Índice, a porcentagem de indivíduos sem nenhuma ou com pouca instrução talvez pudesse aumentar (TONI JUNIOR, 2010).

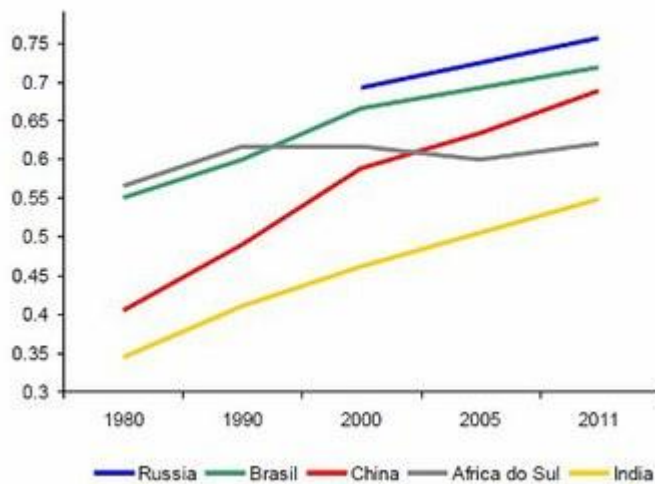
Como proposta de aplicação deste índice sobre o analfabetismo infantil, nossa intenção para diminuir as disparidades regionais entre os Estados nacionais ao fazer com que todos tenham acesso à educação nas suas diversas etapas desde

o ensino básico até o ensino superior, é primeiramente valorizar o professor, aperfeiçoando-o através de cursos específicos em sua área com a colaboração das esferas públicas ofertando cursos de boa qualidade.

Outra questão é a infraestrutura que as escolas fornecem aos docentes e aos alunos, uma escola moderna que propicia a seus alunos ambientes propícios, como laboratórios de pesquisa, laboratório de informática, bibliotecas com vasta coleção de livros e periódicos para que o discente aplique o que foi explicitado em sala de aula.

BRICS (Gráfico com o IDH dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul): só a Rússia supera o Brasil, Índia, China e África do Sul): só a Rússia supera o Brasil.

TENDÊNCIAS DO IDH DOS BRICS 1980-2011



Conforme mostra o gráfico, notamos uma evolução das variáveis socioeconômicas dos países do BRICS. São nações que gradativamente tornaram-se países “emergentes” no que tange o crescimento econômico como o PIB, destaque para China que nos anos de 2007 a 2010 cresceu taxas acima de 10% ao ano, o Brasil que nos dias atuais é uma das maiores economias do mundo, está entre as oitos maiores, a Índia que sendo o segundo país mais populoso do mundo com mais de 1 bilhão de habitantes, destacou-se gradativamente na evolução da Ciência e da Tecnologia, ao exportar especialistas em áreas essenciais para o aumento da produtividade econômica, tais como, a genética, a Ciência Mecatrônica e a Informática além da África do Sul que após o fim da apartheid e a intolerância de múltiplos fatores culturais, tornou-se um país em desenvolvimento, principalmente no setor de minérios e industrial.

Da mesma forma que as variáveis sociais, como a saúde e educação fez com que o IDH desses países evoluísse positivamente ao longo dos anos na qual o Brasil está em primeiro lugar nos últimos Relatórios divulgados pela ONU. Ressalta-se que apesar de serem países em desenvolvimento as posições verificadas na riqueza declinam quando se analisam os aspectos sociais, mesmo havendo críticas

do IDH ainda existe um “abismo” social em países como a China e principalmente a Índia em sua estrutura sociopolítica (TONI JUNIOR, 2013).

Além do socioeconômico, muitos países não preservam o meio natural de forma positiva o que faz com que não haja sustentabilidade adequada.

Ao disseminar que o termo metodológico “sustentabilidade” vai além do termo desenvolvimento, pode-se realçar que a preservação da natureza em conjunto com a minoria das políticas públicas de natureza social e da riqueza dos países faz com que as pessoas tenham qualidade de vida e que as nações atinjam o desenvolvimento sustentável ao longo dos anos.

Considerações Finais

Por meio da análise realizada neste trabalho, notam-se as disparidades existentes nos índices estudados ao longo dos anos.

Mostrou sua definição, analisou-se sua metodologia de cálculo, sua ponderação; através da análise durante períodos considerados, porém como tecemos no trabalho, existe uma série de dificuldades de se localizar que o melhor Índice para adequar e ponderar uma variável como também qual o tipo de indicadores que seria analisado, por exemplo, podemos ponderar o IDH com os níveis de poluição de uma nação e incluir junto às demais variáveis. Todavia, qual a metodologia, enfim, qual a proxy que poderia ser utilizada, existem diversas medidas que aferem o índice de dióxido de carbono ou a poluição de gases como o clorofluorcadono - CFC ou dióxido de carbono, isso de certo modo reduziria o IDH dos que mais poluem, todavia os que mais poluem são na sua grande maioria como vimos nações desenvolvidas ou em desenvolvimento, então caberia adequar qual seria a forma de medição mais aceitável.

Outras variáveis que poderiam ser incluídas são o acesso a linhas telefônicas, o acesso à rede mundial de computadores ou também a percentagem de população com acesso à eletricidade, porém são indagações que podem no futuro ser incluídas ou não no IDH como outros índices de natureza econômica ou social. Analisamos o enfoque geográfico de espaço, territorialidade e o que denominamos por desenvolvimento e subdesenvolvimento, até chegarmos ao conceito de IDH que é o Índice aceito e divulgado todos os anos no RDH.

Como vimos na pesquisa, o Relatório não apresenta apenas o IDH e sim um amálgama de indicadores ambientais que realçam o social e o econômico, como a pegada ecológica do consumo, a sustentabilidade ambiental como a poluição, a biodiversidade dos países, seus problemas e seus avanços em termos de preservação das espécies da fauna e da flora e até que ponto o homem está se “autodestruindo” ao deixar de preservar o meio ambiente.

Por meio das mesmas posições dos Estados no ranking de cada indicador, ponderamos índices ambientais para compararmos como a análise socioeconômica dos países do BRICS, bem como apresenta um estudo baseado na questão ambiental.

Sustentabilidade é um conjunto de índices de natureza socioeconômica e ambiental, desta forma, a Rendimento, a educação, enfim, as variáveis sociais ao lado dos índices ambientais formam o complexo da sustentabilidade do planeta e seu futuro depende das atitudes e do que estamos realizando. Políticas públicas de qualidade tanto na esfera social e econômica como na ambiental, em termos de melhoria e preservação do ambiente fará com que se tenha um mundo cada vez mais sustentável, com melhor qualidade de vida para se viver, tanto para as

gerações atuais como para as gerações futuras, ou seja, a preservação do hoje é a sustentabilidade positiva do amanhã, a degradação gerará problemas muitas vezes “sem solução” em um futuro não tão longínquo.

Em relação ao IDH, a partir de tais evidências, sugerimos alternativas para que dado problema (representado por uma variável) fosse incluído na lista de prioridades nas esferas governamentais com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida, com a majoração do serviço prestado.

Por exemplo, se uma região possui índices econômicos satisfatórios, porém seu nível de educação está aquém do desejado ou sofreu um declínio em relação ao último relatório divulgado pelo PNUD, mantendo seu nível de saúde estável, então, o governo desta nação deveria esforçar-se no sentido de criar políticas que diminuíssem e incentivassem a melhoria do nível educacional, já que este é o maior entrave a ser resolvido na atualidade.

Quanto ao IDH como medida do desenvolvimento, entendemo-lo como um indicador aceitável que mostra, com relativo grau de veracidade, o nível de desenvolvimento de um território, mas estruturalmente é falho, pois deixa de agregar muitos outros indicadores que poderiam dinamizar o Índice geral. Podem ser citados, por exemplo, novos indicadores que poderiam fazer do IDH um Índice mais preciso tais como: estradas pavimentadas; acesso à eletricidade, inclusão digital, erradicação de certas doenças como a dengue, por exemplo, e a questão dos desequilíbrios sociais e raciais em geral.

Como se mencionou anteriormente é preciso levar em consideração as dificuldades de se obter uma ponderação efetiva, que retrate com maior clareza o peso ideal, que cada variável deveria entrar no cômputo do IDH. Este é um dos empecilhos na agregação de novos indicadores.

Há a necessidade de especialistas criarem uma metodologia satisfatória com objetivo de incluir novas variáveis no cômputo final do IDH, como por exemplo, as citadas anteriormente.

A nosso ver, a comparações das variáveis traz aspectos positivos e negativos, para o planejamento de políticas públicas, quando se insere como instrumento de aferição do Desenvolvimento Humano. Há aspectos positivos porque o Índice procura, através do seu ranking, mostrar as dimensões e os pontos mais críticos para que uma nação possa criar políticas públicas adequadas com o objetivo de minimizar as discrepâncias existentes entre os indicadores econômicos e sociais internamente, entre países de uma região e também no cenário mundial. O governo pode basear-se nestas variáveis visando minimizar as desigualdades existentes em um setor específico para propor ações coordenadas com o objetivo de aumentar o acesso a determinados serviços sociais.

Referências bibliográficas

ECODEBATE - Adesão dos EUA ao Protocolo de Kyoto no acordo sobre mudanças climáticas pode dobrar o mercado de carbono. 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/08/adesao-dos-eua-ao-protocolo-de-kioto-no-acordo-sobre-mudancas-climaticas-pode-dobrar-o-mercado-de-carbono/> Acessado em: 25. Mai. 2011.

IPAM – 2007. Qual o objetivo do Protocolo de Kyoto e quais são as metas específicas com as quais os países se comprometeram? E para quem elas valem?

Disponível em: <http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/Qual-o-objetivo-do-Protocolo-de-Quito-e-quais-sao-as-metas-especificas-com-as-quais-os-paises-se-comprometeram-E-para-quem-elas-valem-/21/11> Acessado em: 24. Mai. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Interstícios Urbanos- 2008

Disponível em <http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/35-fjp-na-midia/553>
Acessado em: 24. Abr. 2014.

IANNI, O. et al. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO LAGOE - Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Eco Desenvolvimento. 2011.

Disponível em: <http://dc247.4shared.com/doc/pb5Wg0c2/preview.html>
Acessado em: 25. Mai. 2010.

MOTTA, Ronaldo Seroa. *Indicadores Ambientais no Brasil: Aspectos Ecológicos, de Eficiência e distributivos*. 1996.

Disponível em:

<http://www.eduardodiniz.pro.br/documentos/indicadoresambientais29397.pdf>
Acessado em: 12. Abr. 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2010) - *Desigualdade entre negros e brancos cai na educação, mas com pouco impacto na renda*. 2010.

Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=3437&lay=rac>
Acessado em: 20. Mai. 2011.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (RDH – 2010) - *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*

<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/pt/>
Acessado em: 23. Abr. 2013.

_____. *Relatório do desenvolvimento humano*. 2011. Disponível em: <
[http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete .pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Bestbolso, 2012.

SANTOS, P. M. R. *Créditos de carbono: Aspectos jurídicos e ambientais s/d*

Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7641
Acesso em: 21. Mai. 2014.

SOCIAL PROGRESS INDEX. Disponível em:
<http://www.socialprogressimperative.org/data/spi> - Acesso em: 24. set. 2014.

TONI JUNIOR, C. N. *Análise do IDH do Brasil, de suas regiões e de outros países: um enfoque comparativo*. 166 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

_____. *Análise de indicadores metodológicos de sustentabilidade socioambiental*. 273 f. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2013.